

Justiça inocenta médico no caso Márcia

Stelckelberg, diretor do HGO, fora responsabilizado pela troca de medicação que causou coma irreversível na paciente

A Câmara Criminal do Tribunal de Justiça absolveu, por seis votos a um e uma abstenção, o médico Walbron Stelckelberg da acusação de lesão dolosa sofrida pela paciente Márcia Franco de Oliveira, durante sua internação no Hospital Geral Ortopédico (HGO), em dezembro de 1988. Devido a uma medicação errada, aplicada logo após uma operação cesariana, Márcia Franco entrou em coma e, hoje, leva uma vida vegetativa. Stelckelberg é proprietário e diretor do HGO.

Com base no requerimento do advogado Jason Barbosa Faria, que considerou a situação de seu cliente "aberração jurídica", os desembargadores inocentaram o réu. Agora, o advogado pretende mover ação na Vara Cível contra "quem denegriu a moral e a imagem" do médico e cobrar indenização de US\$ 5 milhões.

Stelckelberg foi condenado a sete anos de prisão pelo juiz Valter Xavier, da 7ª Vara Criminal. Posteriormente, a pena foi reduzida para quatro anos, pela Turma Criminal do Tribunal de Justiça. Jason Barbosa alega que o médico sequer se encontrava no hospital, quando Márcia Franco de Oliveira foi submetida a uma cesariana. Ele criticou o Ministério Público por ter abraçado a chamada "teoria subjetiva da culpa". Os desembargadores acataram a tese, contrariando, assim, o despacho da promotora Maria Alice de Faria Hasselmann

que denunciou o médico pela deficiência de estrutura e de recursos humanos do HGO.

Em defesa de seu cliente, Jason Barbosa disse que "não existe na legislação brasileira nada que obrigue o diretor de um hospital a permanecer no estabelecimento onde exerce suas funções ininterruptamente". Barbosa alegou, ainda, ser estranho o fato de a equipe médica que atendeu Márcia Franco de Oliveira ter sido absolvida, enquanto que Stelckelberg foi condenado.

Segundo o advogado, a atendente de enfermagem Cleci Milani Ribeiro errou no medicamento e, ao invés de aplicar uma injeção de Dolantina em Márcia, como estava prescrito, usou Pavulon. O médico Paulo Arlindo Polcheira chefiava a equipe que realizou o parto de Márcia Franco de Oliveira. A anestesia foi aplicada pelo médico Aristeu

Correia Costa Filho. O erro aconteceu quando o cirurgião e o anestesiologista estavam fora do Hospital Geral.

"A acusação, tanto a pública quanto a particular, confundiu de forma clara a possível responsabilidade criminal daqueles profissionais que, no desempenho de suas funções, podem ter cometido erro, pois não há relação de causalidade, de forma alguma, entre ser diretor de um hospital e o ato cirúrgico que possa ter causado lesão em um paciente", disse Jason Barbosa.

Com relação aos cuidados médicos que Márcia Oliveira necessitava, o advogado ressaltou que, em nenhum momento, o diretor do Hospital Geral Ortopédico se furtou de assegurar-lhe o atendimento". Disse que Walbron Stelckelberg foi vítima de uma campanha de desmoralização."

Vítima leva uma vida vegetativa

Márcia Franco de Oliveira Faria leva vida vegetativa há cinco anos, sob os cuidados de sua mãe, Terezinha Ivete, sem qualquer esperança de recuperação. Em dezembro de 1988, aos 29 anos, ela se internou no Hospital Geral Ortopédico para uma simples operação cesariana. O drama começou logo após o nascimento de sua filha, hoje com 5 anos.

Às 18h00 do dia 16 de dezembro, a atendente Cleci Milani Ribeiro aplicou-lhe uma injeção de Pavu-

lon (curalizante), que provocou uma parada respiratória. O medicamento prescrito era outro: Dolantina. Márcia voltou a respirar, porém entrou em coma irreversível. A própria direção do hospital reconheceu a troca de medicamentos e responsabilizou a atendente pelo erro.

Com base nestes fatos, o Ministério Público denuncia que o HGO não dispunha de condições mínimas de atendimento à paciente devido à falta de recursos humanos.